

## **RUGOSIDADES E PERMANÊNCIAS NO TERRITÓRIO PIAUIENSE**

*André de Sousa Oliveira (ICV/UFPI), Antonio Cardoso Façanha (orientador, Dpto. de Geografia e História – CCHL/UFPI).*

### **Introdução**

Esta pesquisa é uma atividade de iniciação científica voluntária- ICV sobre orientação do Prof<sup>o</sup> Dr. Antonio Cardoso Façanha e apresenta como tema central o Território Piauiense: evolução, desenvolvimento e tendência. Este relatório final apresenta o subtema: Rugosidades e permanências no Território Piauiense e têm como objetivo conceituar e caracterizar as rugosidades. Em seguida é destacada como cada tipo de rugosidade que se manifesta no Piauí, partindo para analisar aspectos como os problemas advindos da urbanização no Piauí, do meio rural do Piauí e suas conjunturas, da desertificação em Gilbués e, por fim, dos problemas ambientais no litoral piauiense.

### **Metodologia**

Nesta pesquisa, utilizou-se como procedimentos metodológicos partem de levantamentos bibliográficos (SANTOS 2002; PLANAP, 2006), visitas a órgãos públicos como IBGE, FETAG, E SEPLAN. Além disso, realizou-se a consultas de sites especializados na internet, leitura de artigos e revistas a fim de informações específicas ao projeto. Vale ressaltar, ainda, a existência de reuniões acadêmicas com orientador, tendo em vista a organização das visitas de campo e elaboração do projeto.

### **Resultados e discussão**

Ao analisar cada porção do espaço, é notável a presença de traços remanescentes de épocas passadas e que Santos (2006) considera que como o que fica no passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. O território piauiense mantém rugosidades em seu território e as mesmas se fazem de suma importância na configuração do território estadual, participando de diversos aspectos que ocorre no dia-a-dia da sociedade piauiense. A principal rugosidade no território piauiense advinda do processo de urbanização do estado fica por conta da questão da habitação, principalmente nos municípios com maior concentração populacional (Teresina e Parnaíba, por exemplo) por concentrarem em si bens e serviços essenciais à população e com isso mostrando-se mais dinâmicas e atrativas em relação às cidades que não usufruíam dessas atividades. Isso fez com que a população de menor poder aquisitivo se deslocassem para as zonas periféricas da cidade, passando a habitarem em pontos da cidade onde inexistiam instalações básicas de infra-estrutura. O espaço rural piauiense mantém si políticas públicas voltadas para o

desenvolvimento da região. O Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar (PRONAF) atua no auxílio ao pequeno produtor rural através de créditos de apoio à produção, ajudando os pequenos produtores rurais. Porém ainda é preciso promover a descentralização das ações uma vez que importantes segmentos sociais marginalizarem a questão do desenvolvimento rural em detrimento do desenvolvimento urbano. Sousa e Moreira (2010) destacam que existe desequilíbrio na distribuição dos créditos, prejudicando principalmente a região Nordeste. A degradação ambiental que ocorre no município de Gilbués é considerado como um dos graves problemas ambientais da atualidade e decorrente das atividades humanas e pode ser agravamento de acordo com as condições econômicas da região atingida, o que aumenta os impactos sobre os recursos naturais. Silva (2010) comenta que na área degradada do município de Gilbués necessita de alguns aspectos no combate à degradação e destaca a conscientização da população, do incentivo por parte do governo e do setor privado, em relação à criação de núcleos e/ou grupos de estudos que busquem maneiras, que sejam menos dispendiosas e demoradas, de atenuar ou até mesmo reverter o processo de desertificação. Os problemas ambientais no litoral piauiense são causados por atividades de origem antrópica e esses danos são os que mais causam prejuízos ao meio ambiente uma vez que as ações humanas provocam diversas interferências na constituição natural do meio, interferindo de maneira direta em uma rede complexa e causando desequilíbrio a biodiversidade ali existente. No combate a esses danos, entidades federais são responsáveis pelo monitoramento e fiscalização do patrimônio natural e essa incumbência fica por conta dos seguintes órgãos: Ministério do Meio Ambiente (MMA); Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA). Porém Cavalcanti e Camargo (2002) consideram que a formação de uma consciência ambiental sobre as necessidades de proteção e da procura do equilíbrio ecológico, não decorre simplesmente de uma ordenação de leis ou de normas, mas que se dê ênfase a uma ampla e persistente pesquisa científica, aliada a uma efetiva ação educativa, através dos quais se disseminem valores e atitudes em relação aos recursos naturais. Com isso, a região costeira do Piauí busca medidas de preservação e conservação e para isso, a integração e o diálogo entre as esferas gestão, planejamento e legislação que buscam métodos para amenizar os danos frequentes ao meio ambiente local e conseguir alcançar o desenvolvimento sustentável da região.

### **Conclusão**

Ao analisar as Rugosidades e permanências no território do Piauí identifica-se que as influência das intervenções antrópicas representam importância na configuração do território piauiense. O Piauí possui rugosidades como a aspectos oriundos do processo de urbanização,

o espaço rural, a desertificação em Gilbués e os problemas ambientais verificados no litoral. Observa-se que o território piauiense está passando por transformações no que diz respeito à constituição de novos rumos referentes à dinâmica espacial local. Sendo assim, o território piauiense apresenta rugosidades, onde muitas delas estão presentes no cotidiano da sociedade piauiense, uma vez que produção do espaço piauiense passa direta e indiretamente pelas mesmas sendo de suma importância a sua ocorrência no Piauí.

### **Referências**

CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito; CAMARGO, José Carlos Godoy. Impactos e condições ambientais da zona costeira do Estado do Piauí. In: GERARDI, Lúcia Helena de O.; MENDES, Iandara Alves (orgs.). **Do Natural, do Social e de suas Interações: visões geográficas**. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia Teórica – AGETEO, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SILVA, Ivamauro Ailton de Sousa. Estudo da desertificação em Gilbués-Piauí: Caracterização física, variabilidade climática e impactos ambientais. ***I Simpósio Regional de Geografia do Cerrado*** – SIREGEO 09 a 12 de Outubro de 2010 – Barreiras – BA. p. 331- 344. Disponível em: < <http://www.geografia.icad.ufba.br/siregeo/SILVA,%20Ivamauro%20Ailton%20de%20Sousa.pdf> >. Acesso em: 23 mar. 2012.

SOUSA, Márcio Miceli Maciel de; MOREIRA, Ivan Targino. Projeto Dom Hélder Câmara e sustentabilidade dos projetos de assentamento no semiárido nordestino. In: MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan (Orgs). **Desertificação, Desenvolvimento Sustentável a Agricultura Familiar** – Recortes no Brasil, em Portugal e a África. . João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; Ministério do Meio Ambiente, 2010. p. 234-254.

**Palavras-chave:** Rugosidades. Piauí. Território piauiense.